

Bruxelas, 28 de julho de 2015
(OR. en)

10654/15

COPEN 192
EUROJUST 142
EJN 69

NOTA

de:	Ivan Korčok, Embaixador, Representante Permanente, Representação Permanente da República Eslovaca junto da União Europeia
data:	14 de julho de 2015
para:	Christine Roger, Diretora-geral, Conselho da União Europeia
Assunto:	Decisões-Quadro 2003/577/JAI, 2003/948/JAI, 2008/909/JAI e 2009/947/JAI - Declarações e Notificações emitidas pela República Eslovaca

Senhor Diretor-Geral,

Após a transposição da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas e da Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal, junto se enviam as declarações pertinentes da República Eslovaca.

Além disso, após a transposição da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, a transposição da Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, e a assinatura do Protocolo que altera o Tratado entre a República Eslovaca e a República Checa relativo ao Auxílio Judiciário prestado por Instâncias Judiciais e ao Estabelecimento de Determinadas Relações Judiciais em Matéria Civil e Penal de 29 de outubro de 1992 e o seu protocolo final, junto se enviam as notificações pertinentes da República Eslovaca.

Anexos:

- Declaração da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2003/577/JAI
- Declaração da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2009/948/JAI
- Notificação da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2008/909/JAI
- Notificação da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2008/947/JAI

(Fórmula de cortesia)

(assinatura) Ivan Korčok

Declaração da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2003/577/JAI relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas

A República Eslovaca faz a seguinte declaração:

Artigo 9.º, n.º 3:

"As certidões dirigidas às autoridades judiciais eslovacas têm de ser redigidas em eslovaco ou acompanhadas de uma tradução em eslovaco. A República Eslovaca aceitará, no que diz respeito à República Checa, as certidões emitidas ao abrigo deste ato jurídico que lhe sejam transmitidas em checo."

**Declaração da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho,
relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal**

A República Eslovaca faz a seguinte declaração:

Artigo 14.º, n.º 1:

"A República Eslovaca declara que, para efeitos do procedimento de contacto em conformidade com o capítulo 2, pode ser utilizado o eslovaco (e, no que diz respeito à República Checa, o checo)."

**Notificação da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho
relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que
imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas
sentenças na União Europeia**

A República Eslovaca emite a seguinte notificação:

Artigo 26.º, n.º 4:

"Em 29 de outubro de 2012, foi assinado o Protocolo que altera o Tratado entre a República Eslovaca e a República Checa relativo ao Auxílio Judiciário prestado por Instâncias Judiciais e ao Estabelecimento de Determinadas Relações Judiciais em Matéria Civil e Penal de 29 de outubro de 1992 e o seu protocolo final. O Protocolo entrou em vigor em 1 de dezembro de 2014."

Notificação da República Eslovaca sobre a Decisão-Quadro 2008/947/JAI respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

A República Eslovaca emite a seguinte notificação:

Artigo 23.º, n.º 4:

"Em 29 de outubro de 2012, foi assinado o Protocolo que altera o Tratado entre a República Eslovaca e a República Checa relativo ao Auxílio Judiciário prestado por Instâncias Judiciais e ao Estabelecimento de Determinadas Relações Judiciais em Matéria Civil e Penal de 29 de outubro de 1992 e o seu protocolo final. O Protocolo entrou em vigor em 1 de dezembro de 2014."
